



EBPC

7ª EDIÇÃO

7º Encontro Brasileiro
de Pesquisadores em
Cooperativismo



O COOPERATIVISMO NO CONTEXTO DO ENSINO SUPERIOR

COOPERATIVISM IN THE CONTEXT OF HIGHER EDUCATION

Autor(es): Ian Felipe Nascimento, Dr. Fábio dos Santos Massena, Nicolli Souza Silva

Filiação: Universidade Estadual de Santa Cruz-UESC, Universidade Estadual de Santa Cruz-UESC, Universidade Estadual de Santa Cruz-UESC

Email: nascimentoian31@gmail, fsmassena@uesc.br,
nicollisouzasilva@hotmail.com

Eixo temático: 3.2 Educação, Inovação e Diversidade

Resumo

O trabalho aborda o cooperativismo no contexto da educação superior, apresentando um arcabouço geral do papel das atividades de extensão universitária. Nesta investigação, objetivou-se a compreender a percepção e o contato que os graduandos de uma universidade pública da Bahia, têm sobre o cooperativismo, bem como discutir políticas públicas e extensão universitária na sociedade. Fundamentou-se, o estudo com revisão bibliográfica, com artigos, revistas, e-books e para análises dos dados, estatística descritiva. Em seguida, se constatou pesquisas que inserem o contexto do ensino superior, políticas públicas e extensão universitária. Utilizou-se, formulário do *Google*, em prol de respeitar a ética e privacidade dos alunos, não se disponibilizou a opção de identificação no momento das respostas. Os cursos participantes foram agronomia, medicina veterinária, Engenharia, Línguas Estrangeiras Aplicadas as negociações Internacionais (LEANI), Geografia, Química, História, Administração, sendo o perfil dos discentes de variados semestres. O quantitativo de participantes na pesquisa totalizou-se 51 discentes. Neste público, 49% são do sexo masculino e 51% do feminino. Perguntou-se: “O seu curso tem a disciplina de cooperativismo?”, observou-se, que 92,2%, respondeu não, dos cursos de graduação da universidade, supracitada na metodologia, que não tem disciplinas que abordem o cooperativismo como proposta de ensino, assim 7,8% respondeu sim, demonstrando pouca adesão ao assunto. Logo em seguida, a próxima pergunta foi: “Se tem a disciplina, ela é obrigatória, optativa ou nenhuma das opções?”, constatou-se, que 78,4%

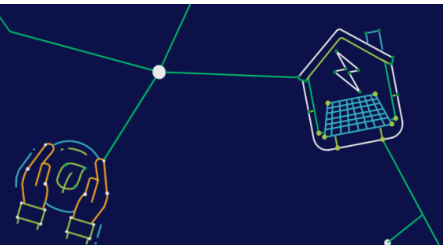




EBPC

7º Encontro Brasileiro
de Pesquisadores em
Cooperativismo

7ª EDIÇÃO



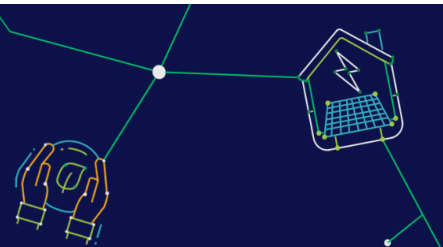
optaram por nenhuma das opções, pois a maioria dos cursos alcançados não tem a disciplina de cooperativismo em sua grade curricular, 19,6% optaram por optativa e 2% obrigatória. Portanto, o cooperativismo é uma temática de suma relevância na contemporaneidade para ser inserida nas grades curriculares de todos os cursos disponíveis nas universidades brasileiras.

Palavras-chave: Educação Superior, Cooperativismo, Extensão Universitária, Políticas Públicas.

Abstract

The work addresses the cooperativism in the context of higher education, presenting a general framework of the role of university extension activities. In this investigation, it was aimed to understand the perception and contact that undergraduate students of a public university in Bahia have about cooperativism, as well as discuss public policies and university extension in society. The study was based on bibliographic review, with articles, magazines, e-books and descriptive statistics for data analysis. Then, it was verified researches that insert the context of higher education, public policies and university extension. The Google form was used, in order to respect the ethics and privacy of the students, and the option of identification was not made available at the moment of the answers. The participating courses were Agronomy, Veterinary Medicine, Engineering, Foreign Languages Applied to International Negotiations (LEANI), Geography, Chemistry, History, Administration, and the profile of students from various semesters. The number of participants in the research totaled 51 students. In this public, 49% are male and 51% are female. It was asked: "Does your course have a cooperativism subject?", and it was observed that 92.2% answered no, of the undergraduate courses at the university, mentioned above in the methodology, which do not have subjects that approach cooperativism as a teaching proposal, and 7.8% answered yes, showing little adherence to the subject. Soon after, the next question was: "If you have the subject, is it mandatory, optional or none of the options?", it was found that 78.4% chose none of the options, because most of the courses reached do not have the cooperativism subject in their curricula, 19.6% chose optional and 2% mandatory. Therefore, the cooperativism is a theme of utmost relevance in contemporary times to be inserted in the curricula of all courses available in Brazilian Universities.

Keywords: Higher Education, Cooperativism, University Extension, Public Policies



1. Introdução

Por muito tempo a agricultura familiar era conhecida como aquela para a subsistência, integrando a rotina de abastecimento nutricional para as atividades das famílias. Ao longo das décadas, e principalmente nas antigas civilizações e em sociedades subjacentes, a agricultura familiar não recebeu efetivamente nenhum apoio governamental para buscar o desenvolvimento adequado, mas se observa que são mencionadas as primeiras diretrizes e bases da educação nacional a lei de n. 4.024/1961, que chegou a mencionar a extensão (ABMES, 2019).

As atividades de extensão universitária, na prática no Brasil, se iniciaram por volta do século XX, notoriamente coincidindo com a criação do ensino superior brasileiro. Assim, inicialmente as manifestações foram durante os cursos e conferências, que ocorreram na antiga Universidade de São Paulo (USP), em 1911, e as prestações de serviço da escola superior de agricultura e veterinária de Viçosa em 1920 (FORPROEX, 2012).

Nesse período, o enfoque da extensão mudou da difusão do conhecimento para a busca de respostas capazes de contribuir para a transformação social; assim, entre 1911 e 1917 ocorreram as primeiras experiências relacionadas ao assunto da extensão universitária em São Paulo. O decreto nº 19.851, de 11 de abril de 1931, que reforçou a precarização da diversificação do então conhecido ensino superior (ABMES, 2019).

Em 1987 foi realizado o I Encontro Nacional de Pró-Reitores de Extensão das Universidades Públicas Brasileiras, o evento evidenciou o marcou da criação do Fórum de Pró-Reitores de Extensão das Universidades do Brasil, assim com a criação então em 1996, a Lei n. 9.394, em seu artigo 43, inciso VII, definiu, dentre as finalidades da educação superior, "promover a



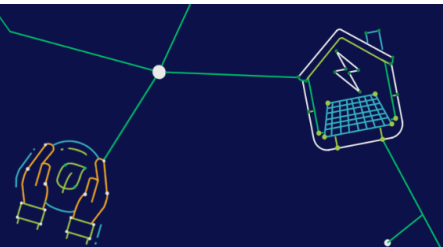
extensão, aberta à participação populacional, visando à difusão das conquistas, benefícios resultantes da criação cultural, da pesquisa científica e tecnológica geradas em instituições de ensino" (ABMES, 2019).

A Constituição Federal de 1998, no artigo 207, deixa estabelecida a autonomia às universidades públicas em didática científica, bem como da administração, gerência financeira e patrimonial, de modo a obedecerem aos princípios da tríade ensino, pesquisa e extensão (BRASIL, 1998).

As universidades brasileiras são concebidas sob três dimensões: ensino, pesquisa e extensão, que na atualidade tem se unificado a inovação tecnológica em diversas vertentes de pesquisa científica, sendo esses elementos dimensionais indissociáveis. A extensão, como o próprio nome sugere, é o ato de estender suas ações e difundir as conquistas e os benefícios gerados na instituição para a sociedade. Entretanto, se observa uma lacuna entre o incluir para ser incluída, pois apesar das ações extensionistas das instituições públicas acontecerem, muitos resultados positivos não tem alcançado a população de classes inferiores, principalmente, em comunidades rurais e tradicionais e a população em geral de baixa renda por não terem acessibilidade à internet de qualidade, energia geralmente, aparelhos adequados e em muitos dos casos nem sinal telefônico (FORPROEX, 2012).

A Câmara de Educação Superior do Conselho Nacional de Educação, visando a preencher essa, por meio da resolução 7, de 18 de dezembro de 2018, estabeleceu as diretrizes para a extensão na educação superior brasileira. O documento define os princípios, os fundamentos e os procedimentos que devem ser observados no planejamento, nas políticas, na gestão e na avaliação das instituições de educação superior de todos os sistemas de ensino do país (FORPROEX, 2012).

Dentre os enfoques está a conceituação objetiva do que são as atividades de extensão, pois no artigo 7º são definidas como “as intervenções a qual envolvam diretamente as comunidades externas às instituições de ensino



superior e que estejam vinculadas à formação do estudante”, elas podem se inserir nas seguintes modalidades: programas, projetos, cursos e oficinas, eventos e prestação de serviços (FORPROEX, 2012).

Logo se observa uma contextualização de como se ordenou o desenvolvimento das primeiras discussões e manifestações às práticas de extensão, assim, no decorrer dos próximos tópicos aborda-se o posicionamento das universidades frente à extensão, a sua atuação enquanto ator social e o seu papel na busca por políticas públicas pelo bem comum.

2. O papel da Extensão universitária na sociedade

O desempenho da universidade é fundamental para o desenvolvimento social, a própria na lei federal 9.394/96 deixa à disposição as diretrizes da educação no âmbito nacional, que no artigo primeiro se refere à educação pública, principalmente, atribuindo a ela a responsabilidade de assistir aos indivíduos da sociedade nos processos de formação em desenvolvimento do núcleo familiar, assim como na socialização do ser humano, seja no seu cotidiano de trabalho, em universidades públicas, ambientes de pesquisas, ensino e extensão (BRASIL, 1996). Este direito constitucional disciplina a educação pública, que está em uma contínua metamorfose, predominantemente, por meio do ensino, em instituições, a educação no Brasil deve unificar ao mercado de trabalho profissional à prática social em prol de um bem comum (VARGAS, 1931).

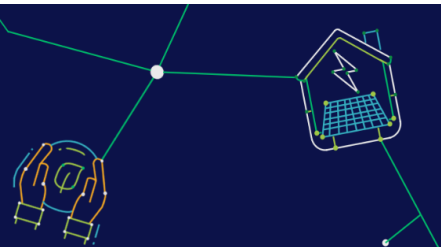
No contexto atual, o processo de modificação da extensão nas universidades públicas é uma ferramenta efetiva de mudança na relação universitária com a sociedade. (GADOTTI, 2017). Menciona-se a extensão como uma função universitária, em buscar minimizar as injustiças sociais e a democratização ao ensino superior. É imprescindível renovar as relações de integração com a sociedade e as superações dos diversos desafios que



EBPC

7ª EDIÇÃO

7º Encontro Brasileiro
de Pesquisadores em
Cooperativismo



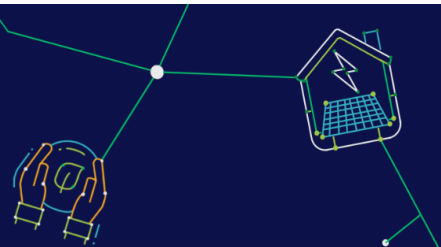
contribuem para a ineficiência do compartilhamento de muitas produções científicas das universidades (ARRUDA, 2019).

As entidades de ensino superior brasileira tem amplificação das relações sociais e o seu intercâmbio com outras instituições estrangeiras; dessa maneira, pensando-se na realidade do país a extensão nas entidades no âmbito das relações públicas por meio de cursos internos e fora dos muros das universidades, bem como demonstrações práticas de como é gerido o conhecimento dentro da academia científica, tem-se ampliado e aprimorado em ações assertivas a sua imagem social como estas supracitadas (VARGAS, 1931).

Entretanto, a cruel realidade é que milhares de pesquisas são engavetadas nas bibliotecas universitárias, restringindo muitas comunidades locais de terem acesso livre aos resultados das pesquisas, bem como do contato diário com a extensão e ensino, assim muitos resultados de pesquisas tem um grande teor de elitismo na academia científica em relação a proclamar suas ideias perante a sociedade (FORPROEX, 2012).

Em meio às realidades sombrias, soma-se a crise alimentar, a crise econômica e, não menos relevante, a crise cultural, manifestada na mercantilização de bens simbólicos e na alienação (DE MORAIS, 2011). Mas, nos países em que se conseguiu avançar nessas reformas, sua direção e resultados ainda não estão claros, é nesse contexto que a universidade está desafiada a atuar, cabe a ela promover a superação da perplexidade, da paralisia teórica e prática, do adesismo e do voluntarismo honesto (GADOTTI, 2017).

Enquanto instituição produtora do conhecimento, a universidade deve oferecer aos governos e aos atores sociais, subsídios para as escolhas que precisam ser feitas, os instrumentos científicos de que carecem para intervenções e atuações mais lúcidas e comprometidas com a plena emancipação humana (GADOTTI, 2017).



Instrumentos científicos, sim, mas sustentados por um compromisso ético e pela paixão que impulsiona o engajamento das tentativas de evolução de universidades que incluía a sociedade para ser incluída neste processo de qualificação educacional, a qual se deve ter um olhar mais acolhedor para a extensão, pois é a oportunidade que as instituições públicas têm de mostrar sua importância social e científica para a população (ARROYO; ROCHA, 2010).

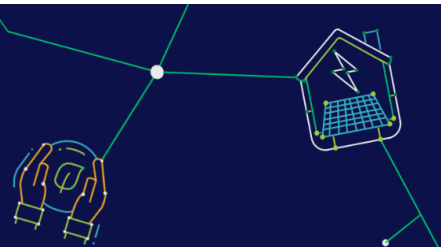
Assim, reconhecer o papel da universidade pública no enfrentamento das crises contemporâneas não significa superestimar suas capacidades ou subestimar o que importa enfrentar e superar (FORPROEX, 2012).

Trata-se, sobretudo, de ver a universidade como parte ativa e positiva de um processo maior de mudança. É justamente aqui que se afirmar a centralidade da extensão universitária, como prática acadêmica, como metodologia interdisciplinar e transdisciplinar, com uma interação dialógica entre a universidade e a sociedade (FORPROEX, 2012).

Prática comprometida com a relevância e abrangência social das ações desenvolvidas; metodologia de produção do conhecimento que integra estudantes, professores e técnico-administrativos, formando-os para uma cidadania expandida do ponto de vista ético, técnico-científico, social, cultural e territorial; interação dialógica que ultrapassa, inclusive, as fronteiras nacionais, projetando-se para fora do País (FORPROEX, 2012).

Entre os limites, destacam-se o financiamento instável, que prejudica a continuidade dos projetos; o marco jurídico-legal defasado, que emperra a gestão universitária; a estrutura acadêmica rígida, conservadora e, muitas vezes, elitista, que dificulta as mudanças nas direções demandadas pela sociedade brasileira (FORPROEX, 2012).

3. Políticas Públicas e Extensão nas universidades



A promoção da reflexão ética quanto à dimensão social do ensino e da pesquisa; o incentivo à atuação da comunidade acadêmica e técnica na contribuição ao enfrentamento das questões da sociedade brasileira, inclusive por meio do desenvolvimento econômico, social e cultural, o apoio em princípios éticos que expressem o compromisso social de cada estabelecimento superior de educação; a atuação na produção e na construção de conhecimentos, atualizados e coerentes, voltados para o desenvolvimento social, equitativo, sustentável, com a realidade brasileira (VARGAS, 1931).

Sem a interação dialógica, permitida pelas atividades extensionistas, a universidade corre o risco de ficar isolada, ensimesmada, descolada dos problemas sociais mais prementes e incapazes de oferecer à sociedade e aos governos o conhecimento, as inovações tecnológicas e os profissionais que o desenvolvimento requer (FORPROEX, 2012).

Nunca é demais lembrar que a mera produção de conhecimento, por si só, não leva ao desenvolvimento sustentável e ético. Se o desenvolvimento econômico pode, eventualmente, ser promovido com boas teorias, tecnologias inovadoras e profissionais competentes, o desenvolvimento sustentável e humano requer mais que isso (FORPROEX, 2012). Por exemplo, as tecnologias e técnicas utilizadas na construção de moradias, no saneamento básico, no transporte urbano podem favorecer determinados grupos sociais em detrimento de outros; as teorias que orientam o desenho das políticas sociais são quase sempre ideologicamente enviesadas, e a escolha de um desenho ou outro envolve valores imponderáveis, não redutíveis a cálculos precisos (FORPROEX, 2012).

A extensão universitária apresenta potencialidades não apenas de sensibilizar estudantes, professores e pessoal técnico-administrativo para os problemas sociais. Enquanto atividade também produtora de conhecimento, ela melhora a capacidade técnica e teórica desses atores, tornando-os, assim, mais capazes de oferecer subsídios aos governos na elaboração das políticas



EBPC

7ª EDIÇÃO

7º Encontro Brasileiro
de Pesquisadores em
Cooperativismo

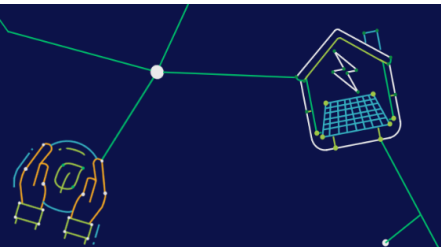


públicas; mais bem equipados para desenhar, caso venham a ocupar algum cargo público, assim como para implementá-las e avaliá-las (FORPROEX, 2012).

Observa-se também que o debate sobre os destinos da Universidade Pública foi democratizado. Diferentes setores têm participado da discussão em torno do desenho das políticas educacionais e de seu impacto sobre a qualidade do ensino, a ampliação de vagas, o acesso e a permanência de estudantes de todas as classes sociais; embora predominantes na esfera federal, às políticas de ampliação do ensino superior e o debate em torno de melhorias em sua implementação também têm ocorrido nos níveis estadual e municipal (NOGUEIRA, 2019). Todavia nestes, há bastante variação, com alguns estados e municípios investindo fortemente, enquanto outros desestruturam o pouco que já foi construído.

Na medida em que a educação é um bem público, para cuja construção a extensão universitária constitui-se como dimensão essencial, sua valorização e institucionalização passam a ser indispensável, o que conduz à discussão da questão da avaliação tanto de sua gestão quanto a sua eficiência e efetividade (NOGUEIRA, 2019).

Nessa perspectiva, a avaliação da extensão deve estar inserida em um processo mais geral de avaliação da universidade, de forma integrada com as outras dimensões acadêmicas, o ensino e a pesquisa. A discussão da extensão universitária nos reporta a uma reflexão sobre a própria universidade. Como instituição, a universidade está situada numa realidade histórica, a sua análise deve, necessariamente, levar em conta a realidade concreta, historicamente condicionada, pois a universidade se define em função da sociedade na qual está inserida, em coerência com seu próprio projeto político (NOGUEIRA, 2019). Assim, nenhuma análise mais profunda da universidade pode deixar de considerar a questão das suas relações múltiplas e recíprocas com a sociedade, a questão fundamental, pois, da extensão universitária.



A universidade não pode deixar de ver e nem de ouvir as diferentes demandas dos demais setores da sociedade, compreende-se que a extensão representa os “olhos e os ouvidos” da universidade, passamos para os extensionistas uma grande responsabilidade, que se trata de contribuir decisivamente com a transformação social (NOGUEIRA, 2019).

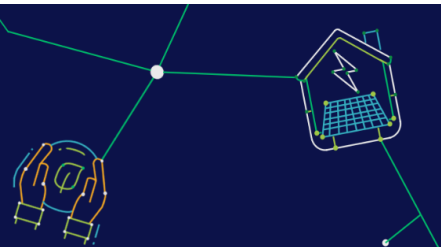
É visível com esse debate sobre o papel das universidades enquanto promotora do conhecimento científico, que tem como responsabilidade as ações extensionistas e de ensino, observou-se, o crescimento cultural, social e o sentido de pertencimento de uma comunidade quando a universidade, através da extensão, desenvolve programas que preservam valores e costumes locais (NOGUEIRA, 2019). Esta presença, no entanto, exige planejamento, objetivos, metodologia ética e avaliação diagnóstica, o que não se pode conceber é que a extensão universitária exerça o papel de uma universidade apenas em sua redoma que produz e reproduz em um círculo a detenção do conhecimento da ciência e não compartilhe na sociedade.

4. Metodologia

Buscou-se fundamentar o trabalho por meio de uma revisão bibliográfica, em artigos, revistas e *e-books*. A revisão foi articulada para observar os estudos que inserem o contexto da educação superior, políticas públicas e extensão universitária.

A escolha do público alvo da pesquisa foi com o intuito de conhecer a percepção e o contato que os discentes de uma universidade pública da Bahia, têm sobre o cooperativismo. Os perfis dos alunos foram de variados semestres, observando que a maioria dos participantes era de semestres mais avançados em seus cursos.

Dessa forma, utilizou-se um formulário do *google*, em prol de respeitar a ética e privacidade dos participantes, não se disponibilizou a opção de



identificação no momento da resposta. O convite da pesquisa alcançou os cursos de agronomia, medicina veterinária, Engenharia, Línguas Estrangeiras Aplicadas as negociações Internacionais (LEANI), Geografia, Química, História, Administração, sendo o perfil dos discentes de variados semestres. Este fator de alcance dos cursos permitiu-se apresentar as áreas com potencial relevância de possíveis contribuições para realidade do cooperativismo na Bahia, no Brasil e mundialmente.

Organizou-se, a planilha de Excel *Microsoft* com as respostas dos participantes, utilizou-se para análises dos dados, estatística descritiva.

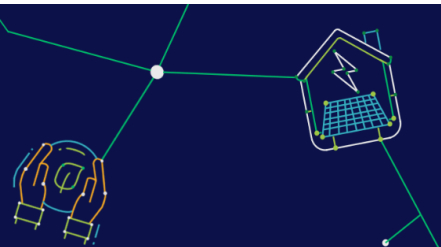
Optou-se, por disponibilizar opções de respostas fechadas e abertas. Organizaram-se as perguntas respectivamente, tais como, “Graduação em qual curso?”, “Qual o semestre?”, “Idade?”, “Gênero?”, “O seu curso tem a disciplina de cooperativismo, sim ou não?”, “Se tem a disciplina, é optativa ou obrigatória?”, Foi disponibilizada uma questão aberta, “O que você acha que é preciso ser feito para que as pessoas possam conhecer mais sobre as cooperativas de crédito?”. Onde as pessoas pesquisadas deveriam dar sugestões.

Outras perguntas abertas também fizeram parte da pesquisa, no entanto, selecionou-se, apenas uma questão para discussão do presente artigo, em prol da comparação crítica com as fechadas.

4. Resultados

O quantitativo de participantes na pesquisa totalizou 51 discentes de cursos distintos. Em relação ao alcance tem-se História com 5%, Administração 5%, Química 5,1%, LEANI 5,6%, Medicina Veterinária 9,8%, Engenharia 17,6% e Geografia 51,9%.

Diante disto, se observa que os discentes de Geografia foram em maior número, refletindo em ampla participação em relação aos outros, ressalta-se,



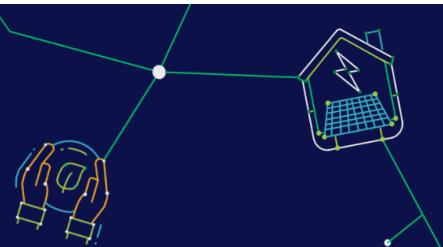
que a pesquisa buscou alcançar aqueles que voluntariamente optaram em participar.

Em relação ao semestre, 2,3% dos participantes eram do 2º semestre, 8,5% discentes de 3º semestre, 8,5% discentes de 4º semestre, 12% os de 5º semestre, 10,6% discentes de 6º semestre, 9,9% os participantes do 7º semestre, 25,5% discentes do 8º e do 9º semestre 22,3%. Neste público, 49% são do sexo masculino e 51% do feminino.

Apesar dos participantes serem de últimos semestres com maior participação, os discentes dos cursos de graduação com menor porcentagem são de semestres iniciais, portanto, indicando que esse assunto os interessa, ainda precisa ser discutido com mais frequência nos cursos de graduação da universidade em variados semestres e disciplinas que contemple o cooperativismo como ferramenta fundamental pro desenvolvimento dos futuros profissionais universitários.

No intuito de saber o contato dos alunos com a temática do cooperativismo nas disciplinas dos cursos, se perguntou: “O seu curso tem a disciplina de cooperativismo?”, observou-se, que 92,2%, respondeu não, dos cursos de graduação da universidade, supracitada na metodologia, que não tem disciplinas que abordem o cooperativismo como proposta de ensino, assim 7,8% respondeu sim, demonstrando pouca adesão ao assunto.

Logo em seguida, a próxima pergunta foi: “Se tem a disciplina, ela é obrigatória, optativa ou nenhuma das opções?”, constatou-se, que 78,4% optaram por nenhuma das opções, pois a maioria dos cursos alcançados não tem a disciplina de cooperativismo em sua grade curricular, 19,6% optaram por optativa e 2% obrigatória. Demonstrando, que os cursos não têm aderido à temática nos cursos de graduação, com potencial de reflexo negativo para o futuro cooperativista, sendo que estes discentes serão os futuros profissionais do mercado de trabalho e integrantes também de cooperativas.



É fulcral, que os cursos das universidades públicas, estimulem o cooperativismo em suas grades curriculares como obrigatória, pois os fatos mostram o impacto que tem essa união na sociedade em escala geográfica global.

Além disso, outra pergunta também importante foi feita para investigação do conhecimento dos discentes sobre o cooperativismo, “Você sabia que além dos bancos tradicionais (Bradesco, Banco do Brasil etc.), existem opções de “Bancos” que são Cooperativas?”, 60,8%, responderam que sim e 39,2% não conhecem as entidades das cooperativas de crédito, informação que os discentes devem ter acesso em sua amplitude máxima.

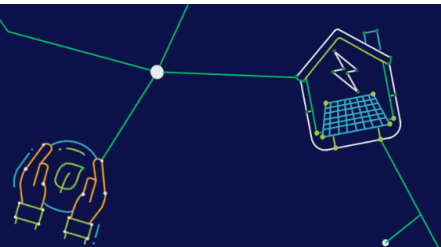
Apesar de já terem ouvido falar em algum momento sobre instituições cooperativistas, se percebe que estes desconhecem os produtos, benefícios e serviços com taxas justas das cooperativas de crédito, se comparado a de bancos tradicionais.

Constatando-se, por meio a pergunta “Você sabia que as Cooperativas de Crédito podem oferecer os mesmos produtos e serviços com taxas mais justas e que no final retornam para você?”. 64,7% não sabiam destas ofertas e 35,3% sabiam destas ofertas.

Assim demonstrando que a maioria dos discentes que já tinham tido algum contato com a temática, os mesmos não tem uma percepção basilar dos serviços e benefícios das cooperativas de crédito em seu cotidiano. Fazendo nos indagar por quais motivos essas informações, mesmo com os meios de comunicações com tecnologias de ponta, não tem alcançado os futuros profissionais universitários?

4. Considerações Finais

As contribuições da educação superior se inserem no estágio geral da avaliação das instituições públicas, em relação ao conhecimento compartilhado



dentro do âmbito acadêmico e sua integração com as outras dimensões fundamentais para a ciência sua pujança, alcance excelência no ensino, na pesquisa, extensão e inovação a qual se faz necessário para dar espaço a conteúdos relevantes como a temática discutida neste trabalho.

O cooperativismo é uma temática de suma relevância na contemporaneidade para ser inserida nas grades curriculares de todos os cursos disponíveis na universidade, este é um grande desafio a ser trilhado, pois se trata de uma discussão a qual abrange todas as áreas do conhecimento se pesquisamos profundamente este tema, vislumbraremos a riqueza de impactos positivos para a sociedade atual e os benéficos desta para as que estão por vir.

Diante dos resultados, a extensão universitária nos reporta a uma reflexão sobre a própria universidade em sua disponibilidade de conhecimento para os futuros gestores dos territórios no mundo. É impreterível, que os cursos das universidades públicas, trabalhem o cooperativismo interdisciplinarmente com outros ramos do conhecimento tais como a geografia agrária, administração rural, sociologia rural, extensão rural e entre outras disciplinas de cursos participantes do presente trabalho.

Assim, nenhuma análise mais profunda das universidades pode deixar de considerar a relevância da relação múltipla com o cooperativismo no Brasil e o seu impacto benéfico para a sociedade em geral, seja dentro dos muros das universidades ou comunidades em geral.

6. Referências

ARRUDA-BARBOSA, Loeste de.; et al. Extensão como ferramenta de aproximação da universidade com o ensino médio. **Cadernos de Pesquisa**, v. 49, p. 316-327, 2019. Disponível em: [SciELO - Brasil - EXTENSÃO COMO FERRAMENTA DE APROXIMAÇÃO DA UNIVERSIDADE COM O ENSINO MÉDIO EXTENSÃO COMO FERRAMENTA DE APROXIMAÇÃO DA UNIVERSIDADE COM O ENSINO MÉDIO](#). Acesso 12 fev. 2023.



EBPC

7ª EDIÇÃO

7º Encontro Brasileiro
de Pesquisadores em
Cooperativismo



ARROYO, D. M. P.; ROCHA, M. S. P. De M. L. Meta-avaliação de uma extensão universitária: estudo de caso. **Avaliação: Revista da Avaliação da Educação Superior (Campinas)**, v. 15, n. 02, p. 135-161, 2010. Disponível em: [v15n02a08.pdf \(fcc.org.br\)](https://v15n02a08.pdf(fcc.org.br)). Acesso em: 17 fev. 2023.

ABMES. Associação Brasileira de mantenedoras de ensino superior. **Diretrizes para a extensão na educação superior brasileira. 2019.** Disponível em: <https://abmes.org.br/noticias/detalhe/3337/diretrizes-para-a-extensao-naeducacao-superior-brasileira>. Acesso 12 fev. 2023.

BRASIL. Presidência da República Casa Civil. Lei N° 9.394. Brasília, 1996. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L9394.htm. Acesso 12 fev. 2023.

Constituição (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil.** Texto consolidado até a Emenda Constitucional n° 70 de 29 de março de 2020.

DE MORAES FREIRE, Silene. Desafios da extensão universitária na contemporaneidade. **Revista Conexão UEPG**, v. 7, n. 1, p. 8-15, 2011 [Redalyc.DESAFIOS DA EXTENSÃO UNIVERSITÁRIA NA CONTEMPORANEIDADE](https://redalyc.org/DESAFIOS_DA_EXTENSÃO_UNIVERSITÁRIA_NA_CONTEMPORANEIDADE). Acesso 12 fev. 2023.

FORPROEX, BRASIL. Fórum de pró-reitores de extensão das universidades públicas brasileiras. **Política Nacional de Extensão Universitária. Manaus, AM: Fórum de Pró-Reitores de Extensão das Universidades Públicas Brasileiras**, 2012. Disponível em: <https://www.ufmg.br/proex/renex/images/documentos/2012-07-13-Politica-Nacional-de-Extensao.pdf>. Acesso em 01 fev, 2023.

GADOTTI, Moacir. Extensão universitária: para quê. **Instituto Paulo Freire**, v. 15, p. 1-18, 2017. Disponível em: www.paulofreire.org. Acesso 12 fev. 2023.

MATTEI, Lauro. O papel e a importância da agricultura familiar no desenvolvimento rural brasileiro contemporâneo. **Revista Econômica do Nordeste**, v. 45, n. 5, p. 83-92, 2014. Disponível em: <https://www.bnb.gov.br/revista/index.php/ren/article/view/500>. Acesso 12 fev. 2023.

NOGUEIRA, Maria das Dores Pimentel. O Fórum de Pró-reitores de Extensão das Universidades Públicas Brasileiras: um ator social em construção. **Interfaces-Revista de Extensão da UFMG**, v. 1, n. 1, p. 35-47, 2013.



EBPC

7ª EDIÇÃO

7º Encontro Brasileiro
de Pesquisadores em
Cooperativismo



VARGAS, Getúlio; CAMPOS, Francisco. **Decreto nº 19.851, de 11 de abril de 1931**. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1930-1939/decreto-19851-11-abril-1931-505837-publicacaooriginal-1-pe.html>. Acesso em: 01 fev, 2023.

